



*«Aos Cidadãos da Rússia!*

*O Governo Provisório foi deposto. O poder de Estado passou para as mãos do órgão do Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado — o Comité Militar Revolucionário —, que se encontra à frente do proletariado e da guarnição de Petrogrado.*

*A causa pela qual o povo lutou — a proposta imediata de uma paz democrática, a supressão da propriedade latifundiária da terra, o controlo operário sobre a produção, a criação de um Governo Soviético — esta causa está assegurada.*

*Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses!*

*O Comité Militar Revolucionário anexo ao Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado*  
*25 de Outubro de 1917, 10 da manhã»*

# Rússia, 1917: uma revolução

Sim, a Revolução de 7 de Novembro de 1917 está a ser assinalada em diversas iniciativas. A Revolução Soviética de Outubro (no calendário ortodoxo, utilizado na Rússia, o nosso 7 de Novembro é no mês de Outubro), os seus ideais e actualidade têm sido devidamente realçados e continuarão a sê-lo, por muito que tentem intoxicar o público e manipulá-lo (como estava previsto) os desacreditados *media* audiovisuais e a imprensa dita livre – pertença dos grandes grupos empresariais, de todos conhecidos, que os detêm ao serviço dos seus interesses e dos da sua classe. A.R.

A REVOLUÇÃO RUSSA nasceu “como resposta a um vazio ideal – inicialmente aclamada, na sua hipótese de fevereiro, e pouco depois traída, mistificada na turbulência de outubro. O seu resultado na sociedade soviética seria um novo e trágico vazio, o vazio de Deus e, portanto, do homem.”

A opinião é do arcebispo italiano ANTONIO MENNINI, núncio apostólico na Grã-Bretanha. De 2002 a 2010, foi representante da Santa Sé na Federação Russa. O artigo foi publicado no sítio *Settimana News*, 30-01-2017.

**J**untamente com as duas guerras mundiais e o fenómeno do totalitarismo hitleriano, a Revolução Russa de 1917 foi, certamente, um dos elementos que mais contribuiu para determinar o rosto da Europa e do mundo, no século XX.

A um século do incêndio que eclodiu na Rússia e se propagou, posteriormente, a muitos países, não perderam actualidade várias perguntas ligadas a ele: como nasceu a revolução, quais foram as suas causas e por que é que ela eclodiu, precisamente, num país que, pouco tempo antes, parecia imerso num imobilismo atávico? Mas, acima de tudo, o que é que a Revolução Russa gerou como mentalidade, presente ainda hoje, não só dentro da Rússia, mas também nos nossos cromossomos? E, para chegar a um problema, aparentemente, mais específico, mas determinante, na realidade, o que é que ela representou para a Igreja, acima de tudo dentro do país, mas também nos países ocidentais?

Sobre estes e muitos outros problemas levantados pela Revolução Russa, foram escritas milhares de publicações, e o debate historiográfico ainda está em aberto. Evidentemente, aqui, não se pode pretender nem fornecer uma panorâmica dos estudos existentes, nem, muito menos ainda, fornecer conclusões. Vou limitar-me, simplesmente, a oferecer algumas pistas que permitam repensar as motivações culturais e espirituais de um fenómeno, na minha opinião, irreduzível – como geralmente acontece – a causas geopolíticas e económicas.

**Fevereiro** Entretanto, poderá ser útil lembrar que, em 1917, houve duas revoluções: a primeira, em fevereiro, que coincidiu com a abdicação do czar e a instauração de um governo democrático (o governo provisório), despertou o entusiasmo da classe média, de jovens e intelectuais, e o consenso da maioria das potências internacionais. “Juntamente com os homens, as árvores e as estrelas

também discursavam e se manifestavam”, é assim que o jovem poeta Boris Pasternak descreveria a exaltação daqueles meses de verão.

Naquele breve lapso de tempo, tornaram-se possíveis coisas que, durante décadas, tinham sido impossíveis, até mesmo do ponto de vista da Igreja: em junho, realizou-se o Sínodo da Igreja Greco-Católica, que estruturou a vida da comunidade católica russa, criando o exarcado e elegendo o seu guia na pessoa do padre Leonid Fedorov (beatificado por João Paulo II, em 2001). Em agosto, teve início o concílio local da Igreja Ortodoxa Russa, aguardado e preparado durante mais de uma década, que, pela amplitude dos temas tratados e pela maturidade de consciência, poderia ser comparado ao Vaticano II.

Depois de séculos de aquiescência à monarquia, aprisionada numa gaiola dourada na qual gozava de amplos benefícios, mas de nenhuma autonomia (no início do século XVIII, o patriarcado tinha sido deposto, e o governo eclesiástico, confiado a um sínodo presidido por um funcionário imperial), a Igreja, finalmente, teve a possibilidade de convocar um concílio, onde a hierarquia foi acompanhada por inúmeros representantes do baixo clero, do monaquismo, e por leigos, e durante o qual se projetava levar avante uma corajosa e radical reforma que abrangia os âmbitos administrativos, jurídicos, litúrgicos, educativos e pastorais.

**Outubro** Infelizmente, já em outubro de 1917, a segunda revolução, o golpe de Estado bolchevique, pôs fim à frágil construção do governo provisório, e aos sonhos e às esperanças surgidas nos meses anteriores. A guerra mundial, a guerra civil, a fome, toda uma série de fatores concomitantes dariam forma e consistência a um projeto que, inicialmente, parecia louco e irrealizável aos próprios homens que o levaram por diante, naqueles primeiros meses, Lenine em primeiro lugar.

Como se pode ver, muito bem, ao ler as fontes da época, quase ninguém – na Rússia assim como no exterior, na sociedade civil, assim como nos ambientes eclesiásticos – podia imaginar que o recém-nascido regime soviético teria uma vida e uma incidência tão longas na história do século XX, e que o que estava a nascer não seria, simplesmente, um dos numerosos regimes tirânicos, mas sim um fenómeno ideológico novo, caracterizado pela interiorização da subserviência dos indivíduos e dos povos: o totalitarismo.

A revolução de outubro significou, portanto, o desaparecimento, a rutura das esperanças numa renovação moral, cultural, mais do que económica e política, da Rússia? As proporções do desastre causado pela revolução são, certamente, enormes: nós conhecemos os seus custos em termos de vidas humanas.



Por outro lado, restam alguns pontos luminosos que permitiram, não simplesmente uma resistência interna, mas também uma sofrida maturação cultural e espiritual: por exemplo, a eleição, em novembro de 1917, do Patriarca Tikhon (canonizado em 1989 pelo Patriarcado de Moscovo), que representou um precioso guia para a Igreja nos primeiros anos das perseguições; ou o impetuoso aumento de associações, grupos e fraternidades clandestinas e semiclandestinas que se espalham entre 1917 e 1919, especialmente entre estudantes universitários e personalidades do mundo da cultura, até pouco tempo antes indiferentes à problemática religiosa, ou até mesmo desconfiados e hostis em relação à Igreja.

**Conversão da Igreja** Naqueles meses, a Igreja, que, necessariamente, havia perdido a sua fachada de “ideologia dos bem pensantes”, reencontrou, aos olhos de muitos, o próprio rosto evangélico e, portanto, voltou a exercer um grande fascínio. Sintomática daqueles anos foi a conversão, e até mesmo, para alguns, a opção pelo sacerdócio, por parte de alguns dos melhores pensadores da época, de Bulgakov a Florensky e Berdyaev, de grandes personalidades da arte e da cultura (Mikhail Bakhtin, Marija Judina etc.).

Em duas antologias publicadas naqueles anos, Vechi [Marcos] e Iz glubiny [De profundis], os próprios pensadores expressam a condenação da ideologia revolucionária, mas, acima de tudo, identificam, talvez pela primeira vez no cristianismo, uma alternativa real, que também pode ser vivida nas condições de repressão que logo se instauram na sociedade. Um cristianismo que não se propõe, simplesmente, como espiritualidade ou prática de piedade individual, mas que se eleva à dignidade de “humanismo” e, nas décadas posteriores, animaria tanto a renovação trazida ao Ocidente pela emigração russa, como o renascimento religioso que, no país, abriria caminho através do *samizdat* (editora clandestina). Esta constituiria um verdadeiro rio subterrâneo que editaria, no arco do século XX, verdadeiras pérolas literárias, mas também extraordinárias documentações nas áreas do quotidiano de resistência espiritual, testemunho de fé, defesa dos direitos humanos.

**O vazio** A revolução nascida para responder a um vazio ideal – inicialmente aclamada, na sua hipóstase de fevereiro, e pouco depois traída, mistificada na turbulência de outubro. O seu resultado na sociedade soviética seria um novo e trágico vazio, o vazio de Deus e, portanto, do homem.

Como Berdyaev escreveu nos anos revolucionários, antecipando-se vinte anos a Eliot: “Foi a Igreja que abandonou a humanidade, ou a humanidade que abandonou a Igreja?”. Mas trata-se, também duma revolução que contribui, certamente, sem querer nem suspeitar, para fazer com que a humanidade redescubra a sua verdadeira e última urgência, a de reencontrar o “rosto humano” e, portanto, de redescobrir o “rosto de Deus”.

Hoje, diante dos novos rostos assumidos pelo totalitarismo e pelo fundamentalismo, a lição de quem soube conservar e aumentar o desejo de continuar a ser uma pessoa humana, pode ser uma salutar lição e uma preciosa indicação de caminho também para nós.

# as revoluções no centenário de Outubro

Se há atitude que diz muito do ciclo de desdemocratização em que vivemos é, aliás, este regresso da velha abordagem que procura o cabecilha, em vez de entender o movimento.



Foi o acontecimento central da história do séc. XX”, dizia Eric Hobsbawm (*A Era dos Extremos*, 1994), “da mesma forma como a Revolução Francesa o foi do séc. XIX”. Sendo puros produtos da modernidade ocidental, em toda a sua contradição interna, a qual ajudaram a transformar como nenhum outro processo político, ambas foram transformadas em objetos históricos malditos por todas as direitas do mundo, que as tentaram desocidentalizar como se, numa rançosa lógica colonial, elas não fossem mais do que processos de mudança tumultuária às mãos de massas ignorantes e fanatizadas. Entre a francesa de 1789 e a russa de 1917, Hobsbawm via uma diferença fundamental: 1917 “teve repercussões muito maiores e que se prolongaram por muito mais tempo” do que 1789. “A Revolução de Outubro suscitou o maior, de longe, movimento revolucionário organizado da história moderna”, fazendo com que “ao fim de apenas 30 ou 40 anos da chegada de Lenine à estação da Finlândia em Petrogrado”, em abril de 1917, “um terço da humanidade vivesse sob regimes que decorriam diretamente dos ‘Dez dias que abalaram o mundo’”, como lhes chamou John Reed. De uma forma ou doutra, todos os movimentos emancipatórios do séc. XX se inspiraram nos bolcheviques, na sua luta contra o capitalismo e o imperialismo como modelos de dominação, na Alemanha, na Hungria ou no México dos anos 1917-23, na Espanha de 1936-39, nas resistências antifascistas da II Guerra Mundial, na China de 1949, em Cuba (1959) e nas lutas anticoloniais, até mesmo no Portugal de 1974-75, como tantas vezes Soares achou... Ao contrário da Revolução Americana de 1776, que

manteve intactas escravatura e supremacia racial e que abriu caminho à colonização genocida de toda a América do Norte, as revoluções francesa e russa inspiraram durante décadas por todo o mundo movimentos de emancipação das classes exploradas e das minorias étnicas, mas só a russa se lançou na democratização radical da propriedade e, por exemplo, na emancipação das mulheres ou das minorias de orientação sexual. Como escreveu Moshe Lewin (*O Século Soviético*, 2005), “as representações do sistema soviético” reproduzidas no Ocidente, “largamente influenciadas pelas realidades ideológicas e políticas de um mundo bipolar”, baseadas em “juízos fundamentalmente ideológicos”, têm, desde sempre, impedido avaliar com rigor a dimensão social e cultural do projeto soviético. A sobrepolitização da análise do sistema soviético levou – e leva ainda – a que se “estude a URSS exclusivamente no seu estatuto de Estado ‘não democrático’ e se discuta o que não era, em vez de tentar compreender o que era”.

Na era do medo e do choque como instrumentos de gestão política (Naomi Klein), é revelador que a patologização das revoluções como processos de mudança tenha desenterrado as formas mais preconceituosas de encarar a história. Entre os piores vícios de análise das revoluções que por aí campeiam neste centenário de 1917 estão, antes de mais, essa essencialização da violência como característica genética da Rússia e da sua cultura, ou a ideia de que as revoluções, mais do que resultado da ação e da tomada de posição de grandes atores coletivos e da intersecção de tendências profundas (que maçada ter de as estudar...), são produto da manipulação de revolucionários profissionais, de líderes sobre-humanos (Lenine, Estaline) descritos como protagonistas da violência ideocrática, e, portanto, atores sociais desligados do conjunto da sociedade. Da mesma forma que as teses tradicionais da soviologia ocidental (sobretudo Robert Conquest, 1968) e o próprio discurso oficial da URSS pós-estalinista e da Rússia pós-soviética elevaram Estaline ao altar de “tirano sanguinário empenhado em conseguir o poder total”, dessa forma “esquivando-se ao desafio narrativo de ter de dar conta da variedade das vítimas e dos perpetradores e desentranhar a complexa história da violência política na URSS” (James Harris, *O Grande Medo*, 2016), o discurso que se tem produzido no centenário continua a falar da “Revolução de Lenine”, que, por essa mesma autoria individual, não teria sido “uma marcha de forças sociais abstratas e de ideologias” (Orlando Figes, *A Tragédia de Um Povo*, 1996). Se há atitude que diz muito do ciclo de desdemocratização em que vivemos é, aliás, este regresso da velha abordagem que procura o cabecilha, em vez de entender o movimento.

Manuel Loff. Historiador na Universidade do Porto

<https://www.publico.pt/autor/manuel-loff> (04/11/2017)



**CAMINHOS DE EMANCIPAÇÃO.** A 7 de Novembro de 1917, há precisamente cem anos, em San Petersburgo, uma revolução vitoriosa de operários e camponeses abriu um largo caminho de esperança para a humanidade, assente na real possibilidade de emancipação das classes exploradas. Um acontecimento de significado imenso, como o definiu Eric Hobsbawm (e, muito recentemente, o gramsciano Angelo d'Orsi), mas que continua, todavia, a suscitar leituras extremadas, seja por parte das direitas temerosas de uma mera possibilidade de alternativa social ao ultra-capitalismo imperante (esse «ídolo dinheiro», incompatível com a fé genuína das pessoas), seja por quem, à esquerda, continua a menorizar os imensos desvios, sectarismos e degenerescências sofridas pelo movimento emancipatório de Outubro, como se fossem inevitabilidades do processo histórico... Ora é preciso saber saudar a efeméride -- o seu significado, a sua actualidade, e a fonte de esperança que nele reside -- percebendo justamente as linhas ténues que podem corroer a bondade de um programa socialista... Aprender com a História, portanto. É tocante, por isso, sentir o valor do Igualitarismo reivindicado como paralelo ao valor de Liberdade, tal como mostra a fotografia desbotada de uma manifestação em defesa dos direitos das mulheres, à data da Revolução de Outubro. Só com homens e mulheres livres, cultos, com sensibilidade cultural e ambiental, dotados de espírito fraternal, é possível retomar o traçado desse caminho.

Vítor Serrão. Professor catedrático da Universidade de Lisboa

O que faz falta é uma **insurreição ética**. Não uma insurreição das armas, mas da ética, que deixe bem claro que isto não pode continuar. Não se pode viver como estamos vivendo, condenando três quartas partes da humanidade à miséria, à fome, à doença, com um desprezo total pela dignidade humana.

José Saramago (1922-2010). Escritor. Prémio Nobel de Literatura (1998)

## felizes

felizes os pacíficos, que suspendem a violência  
e reparam as redes de logradas fainas  
(ai a guerra, mãe da pobreza e irmã da morte)

felizes os que aos olhos do mundo  
passam por inútil carga social ou rendimento zero  
e que escondidamente participam da alegria  
que aligeira a vida  
(ai aqueles que a sede de poder afoga)

felizes os pobres de alguma pobreza boa  
felizes os que lavam as feridas e vivem com os cegos  
honrando neles o fundo de humanidade  
que lhes é comum

felizes os que nas situações-limite  
decidem da singularidade do fazer, da urgência  
felizes os que, excluídos, despojados de qualquer imagem  
no documento mortal pregado na cruz  
inscrevem os seus corpos

felizes os que, intacta, guardam a sensibilidade  
à injustiça, apegados só à força da Palavra que cura

felizes os que não pactuam com os anjos  
escuros da morte total  
nem desculpam os «erros humanos»  
das nossas sociedades sem olhos  
(ai os que no inferno climatizado sobrevivem  
ai o terror mole do dia a dia sobre os ombros)

felizes os que, à imagem de Deus, perdoam  
alargando o coração às dimensões de um mundo abençoado

José Augusto Mourão (1947-2011).

In "*O nome e a forma*", ed. Pedra Angular